

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 025

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MARÇO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Carlos Belinati.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a preferência para discussão e votação da Proposição nº 010/2002, item 04.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, itens 04 a 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as Tabelas I, II, III, VII, IX e X, do Regimento dos Atos Judiciais e adota outras providências.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 132/2000**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o artigo 51, § 2º, o artigo 54, parágrafo único e o artigo 55, incisos I, II e III da Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má-fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso desprovido do devedor.

Art. 2º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória.

Art. 3º - As custas processuais estabelecidas no artigo 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do juízo.

§ 1º - Se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º - Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 4º - As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1º e incisos I e II do art. 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo, ao fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 5º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela IX, item I, do Regimento de Custas.

Art. 6º - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela X, item III, letra "a" do Regimento de Custas.

Art. 7º - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a" do item V da Tabela IX do Regimento de Custas.

Art. 8º - As Tabelas II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no art. 49 da Lei 6149/70 ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.

Art. 9º - As Tabelas I, IX e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o artigo 49 da

Lei 6149/70, atualizadas pela Lei nº 11.960/97, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10 - Fica revogado o artigo 43 da Lei nº 6149/70.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ANEXO

TABELA I

Dos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada Secretarias

		R\$
I	Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores	25,00
II	Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência	25,00
III	Mandado de Segurança	25,00
IV	Ação Rescisória - 4% sobre o valor da causa:	
	mínimo	13,00
	máximo	60,00
V	Deserção	25,00
VI	Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
	a) uma folha	5,00
	b) por folha que exercer	1,50
VII	Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	22,50

Obs:

A esse valor será acrescido o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTA 1

Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2

A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

TABELA II**Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada Secretários**

	RS
I Certidões	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II Registros de diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito	10,00
III Autenticações de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria	1,50

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

TABELA III**Atos da Procuradoria Geral da Justiça Secretário**

	RS
I Certidões	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II Autenticações de cópias reprográficas extraídas de processos ou em andamento na secretaria	1,50

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA VII**Ministério Público do Estado do Paraná**

	RS
I Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais	3,00

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA IX

I - Arrolamentos, inventários, sobre partilhas, partilha de bens, embargos, processos com procedimentos especiais de jurisdição voluntária, de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição, contenciosa), incidentes procedimentais, mandados de segurança, medidas cautelares, alvará, retificações, processos de execuções em geral, execuções de sentenças, separações, divórcios e dissolução da sociedade conjugal, alimentos em geral, reconvenções, falências, concordatas, restituição de mercadoria, extinção de obrigações, recursos, exceções e demais ações, as mesmas custas previstas na atual tabela XIX do regimento.

II - Buscas cada 10 anos, autuação e desarquivamento de processos 66,66 VRCs

III - Certidões extraída de autos, livros ou documentos, e por ofício, edital e alvará expedido.

Primeira folha 66,66 VRCs

Por folha que exceder 20,00 VRCs

IV - Conferência e reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos 20,00 VRCs

V - Cartas Precatórias:

a) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução 1.000,00 VRCs

b) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens, em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão - metade das custas previstas no item I, mais porte postal.

c) expedida, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver 66,66 VRCs

VI - Por carta de sentença, rogatória e mandato de averbação 300,00 VRCs

VII - Por carta de Adjudicação e formal de partilha expedido 1.000,00 VRCs

a) carta de arrematação, Remissão e requisitória de pagamento, as mesmas custas previstas no item I

VIII - Separações, divórcios, conversões e dissoluções de sociedade conjugal. 2.400,00 VRCs

a) Havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I

IX - Declaração de habilitação de crédito:

- a) no prazo - 25% das custas taxadas no item I.
- b) retardatária ou impugnação de crédito - 50% das custas taxadas no item I

X - Procedimentos administrativos, justificações, protestos, notificações, interpelações

600,00 VRCs

Nota 01 - Nos processos de inventários, arrolamentos, sobre partilhas e partilhas de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objeto dos mesmos.

Nota 02 - As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos.

Nota 03 - Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito de atribuição ao valor da causa, o contido nos artigos 258, 259 e 260 do CPC.

Nota 04 - O recolhimento contido no CPC referente às custas devidas pelos atos praticados, seguirá os critérios da lei vigente.

Nota 05 - As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual, tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecido o artigo 1º, IV, da Constituição Estadual.

Nota 06 - As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma de lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas nos bancos de dados dos órgãos distribuidores.

Nota 07 - As custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I.

Nota 08 - Fica revogado o artigo nº 43 da Lei nº 6.149/70.

Nota 09 - Na renovação de inventários por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais 10%.

Nota 10 - Ficam mantidas as tabelas de custas, com as modificações a que se refere o artigo 49, da Lei nº 6149/70, com a redação introduzida pela Resolução nº 07/95, do egrégio Tribunal de Justiça e do artigo 1º da Lei nº 11.960/97 e as constantes da presente Lei, com módulo unitário do valor de referência de custas, a partir da presente data, igual a 0,105.

Nota 11 - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética nos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V letra "a".

Nota 12 - As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Nota 13 - Ficam revogados todos os outros itens e notas, constantes da tabela IX do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e as disposições em contrário.

TABELA X

(...)

III - Processo em espécie:

a)

b) (...)

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Aprovado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, registro voto da Bancada do PT, contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2002, de autoria do Tribunal de Contas - Of.204/202, que concede ao servidor efetivo, integrante do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, poderá ser concedida, por ato do presidente, uma gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no município de Alvorada do Sul, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 519, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições de vetos o item 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Em votação o requerimento.

Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ontem V. Exa. tinha um requerimento aprovado pedindo destaque especial, V. Exa. encaminhe requerimento para votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Já estou fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 521, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 010/2002, item 04 da Ordem do Dia - **Aprovado**.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, está em votação, o veto apostado ao Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Para encaminhar, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Ontem, por motivo de força maior, não foi possível nós terminarmos a conclusão do nosso encaminhamento, mas faço um apelo aos deputados, tanto da base de oposição, como da base de sustentação do Governo, que votem favorável à derrubada do veto, em função que esse projeto tende a beneficiar a 3ª idade, a melhor idade, e é um projeto simples, que propõe meia entrada em espetáculos, casa de shows, cinemas, teatros, para os maiores de 65 anos.

Portanto, o projeto é bom. O governador fez uma mensagem idêntica ao nosso projeto.

Portanto, gostaria que V. Exas. viessem a me ajudar a derrubar esse veto.

Faço um pedido especial ao meu colega de partido, Chico Noroeste, que muito embora não costumeiramente, vote com a bancada do PL, mas que dessa vez ele abra uma exceção e vote a favor do projeto.

E os demais parlamentares que já estão se aproximando da faixa da melhor idade, honrando assim, o presidente também, Anibelli e demais parlamentares. Peço a V. Exa. que venham a derrubar o veto do governador.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para encaminhar, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, na realidade gostaria de fazer uma consulta à Mesa, porque a informação que ontem disseminou-se no plenário, é que o Governo do Estado teria feito um decreto nesse sentido, com o teor da maté-

ria em tramitação aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ou se é um decreto, ou se o Governo tem alguma mensagem enviada a este Poder Legislativo com o mesmo teor, com o mesmo conteúdo.

Gostaria de saber se a Mesa tem alguma informação a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ângelo Vanhoni a assessoria da Mesa nos informa que não há decreto do governador e também a Casa não tem conhecimento de nenhuma mensagem do Governo que tenha sido encaminhada.

Agora, o Pastor Edson....

O SR. ALGACI TULIO

Para encaminhar senhor presidente. Eu posso contribuir com a informação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou já passar a palavra para o nobre deputado que está pedindo pela ordem.

Deputado Algaci, o meu encaminhamento da votação seria no seguinte sentido: se fosse um decreto, eu acho que ficaria melhor que ficasse consignado em lei pelo Poder Legislativo da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Vanhoni, estão nos informando que foi encaminhada realmente, uma mensagem do Governo, que chegou a mensagem aqui na Casa no dia 26...

O SR. ALGACI TULIO

Era essa a informação que eu queria passar à presidência, porque essa mensagem inclusive chegou na Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu entendo até deputado Vanhoni...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não. É que se ela não foi para o plenário ainda para a votação, é solicitado que realmente nós não aprovemos o veto do governador e que se aprove o projeto de origem da Assembléia Legislativa, do Pastor Edson Praczyk. Porque está em discussão no Poder Legislativo, é matéria de lei, e seria bom para o Poder Legislativo que tivesse a chancela da iniciativa do Poder Legislativo e não apenas a Mensagem do Poder do Governo do Estado que parece-me, nesse sentido, está talvez copiando uma matéria de um deputado.

Então, para não ferir a independência do Poder Legislativo, era de bom alvitre que os deputados aprovassem o projeto do deputado pastor Edson Praczyk.

O SR. ALGACI TULIO

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

É, no mesmo sentido já na Sessão de segunda-feira o projeto já estava aqui para o veto do deputado Edson Praczyk e eu alertava exatamente sobre essa mensagem do governador que veio para a Assembléia com o mesmo teor do projeto do deputado Edson Praczyk. Quer dizer, de qualquer maneira graças a Deus, não há prejuízo para o idoso. Ele vai ser beneficiado tanto pelo projeto como pela mensagem, mas eu acho que seria interessante que a Assembléia para valorizar o projeto do deputado e até salvaguardar, porque a iniciativa foi desta Casa, não foi particularmente, porque a hora em que passa a vir para o plenário já não é mais um projeto do deputado Edson Praczyk, é da Assembléia do Paraná. Quer dizer, a Assembléia aprovou um projeto de lei, foi aprovado, não foi sancionado, mas o governo não sancionou e manda para cá uma mensagem em cima daquilo que é a essência do projeto do deputado Edson Praczyk.

Eu recorro aos senhores parlamentares que nós, em respeito à Casa, derrubemos o veto do senhor governador.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Estou nesta Casa há três mandatos, onde nós convivemos com outros governadores. E eu, sinceramente, nunca vi nenhum governador faltar com a elegância com o Poder Legislativo, como o governador Jaime Lerner tem faltado. Se nós observarmos, projetos inclusive da Base do Governo, projetos autorizatórios, sem justificativa nenhuma o governador tem vetado. Praticamente qualquer iniciativa da Assembléia Legislativa o governador tem vetado e, como eu disse, não respeitando os deputados, inclusive da sua base aliada.

Em um caso como esse, o governador mandar um projeto idêntico ao do deputado Edson Praczyk, antes de tudo é uma tremenda deselegância que eu acho que nós, como Poder, porque o deputado Algaci Tulio disse muito bem: o projeto, quando é aprovado pelo Plenário, ele deixa de ser um projeto do deputado e passa a ser um projeto da Assembléia Legislativa. Acho que temos o dever de derrubar esse veto até em respeito à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Olha, esta presidência vai decidir da seguinte forma: nós vamos aguardar a vinda da cópia da mensagem encaminhada pelo governador e vamos deixar para votar, após os outros vetos, vamos deixar para votar o item 04. Vamos votar os outros itens, até porque se a mensagem for igual ao projeto, nós vamos solicitar a aneção da mensagem ao veto, para que seja votado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

É possível ainda requerer destaque em algum dos itens?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não. Infelizmente não, porque já foi aprovado o requerimento de autoria do deputado Durval Amaral votando conjuntamente todos os itens, com excessão ao item 04. Isso já foi votado, deputado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à votação e eu gostaria que o deputado Pastor Edson solicitasse através de requerimento a ajuntada da mensagem encaminhada pelo senhor governador ao veto apostado no seu projeto, e nós vamos colocar em votação o requerimento de V. Exa.. Enquanto nós aguardamos o requerimento vamos proceder a votação dos demais itens, do item 05 ao item 09.

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no município de Colombo. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Mutirão Universitário no Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São

Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em shopping-centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Com relação ao veto aos itens 05 em diante, tem aí, de minha autoria, o projeto, o item 05, que é autorizatório e autoriza o Governo do Estado a criar no município de Colombo uma Delegacia da Mulher. É evidente que esta Casa, ao fazer o encaminhamento de projetos de discussão deve, a exemplo do que colocou o deputado Cezar Silvestri, definir qual a sua competência de discussão, porque não é possível que nós, nesta Casa, já com uma canaleta estreita de poder de legislação que temos, ficarmos analisando projetos autorizatórios. E a partir do momento que são aprovados nesta Casa, eles não são os projetos dos deputados, são da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que aprovou uma iniciativa, um projeto, que autoriza o Governo do Estado a implantar estrutura, como esse caso que cria a Delegacia da Mulher no município de Colombo. Um município que tem 200 mil habitantes e que evidentemente no dia-a-dia dezenas de mulheres são agredidas, espancadas muitas vezes pelo próprio marido, muitas vezes ficam constrangidas em ir até uma Delegacia de Polícia e citar o ocorrido a um escrivão, a um delegado, do sexo masculino, tendo em vista muitas vezes as ocorrências dos fatos.

É evidente que não está se exigindo que o Governo crie de imediato, mas a Assembleia Legislativa aprovou e disse: “é necessário se criar uma Delegacia no município que é o 8º município do Paraná”. E aí o Governo do Estado, sumariamente, a exemplo de outros projetos, veta. Ora, se esta Casa não tem competência para votar projetos autorizatórios, solicito à Mesa Diretora desta Casa que de antemão não aceite qualquer projeto autorizatório, ou nós deputados, e não é a Bancada de Oposição, são todos os deputados, estamos aqui fazendo o papel de palhaços, já que, na verdade, de nada adianta aprovar.

Na verdade, o Governo se limita apenas a vetar, e esta Casa, infelizmente, quando vota o veto, tem se posicionado de forma, a favor ou contra o Governo, mas não analisando se é a favor ou contra a comunidade atingida, a necessidade de um serviço. É evidente que esse projeto

é autorizatório, cabe ao Governo analisar e cabe ao Governo implantar. Agora, se a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não pode, não tem competência para aprovar um projeto, com certeza ela não deve nem sequer ocupar o tempo dos nobres parlamentares, não deve ocupar a agenda dos nossos funcionários, porque desta forma estaríamos queimando dinheiro público, pagando salários para uma coisa que vai chegar à mesa do governador, na sua Procuradoria, e será vetado. Não há por que discutirmos isso. E nós pedimos aqui que os senhores deputados votem esse veto de forma a analisar a realidade, principalmente na região metropolitana, e aqui temos vários deputados que têm na região metropolitana uma consistência eleitoral e que, com certeza, senhores deputados, vão ter que pensar primeiro no interesse do cidadão e não apenas no voto do veto do governador.

Peço a todos o “não” ao veto do item 05 e dos outros itens que serão votados na sequência.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, fiz uma indagação à Mesa na semana que passou sobre um requerimento aprovado em 19 de junho de 2001. Esse requerimento eu remeti ao governador com uma série de pedidos de informações. E até agora a presidência da Mesa não me informou, apenas me foi informado que o requerimento foi mandado. Só que não foi cumprido no prazo regimental. A indagação que faço, é se a Presidência, através da assessoria, tem condições de passar essa informação.

Na mesma questão de ordem, gostaria que o líder do governo nos informasse se o governo tem conta específica para administrar o dinheiro do Fundef - aqueles 600 milhões que vêm por ano, para a aplicação no ensino fundamental.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, estamos no processo de votação do item 5 ao 9º. Se V. Exa. quiser encaminhar o item 4, vamos colocar em votação, posteriormente. Faço a solicitação a V. Exa. para que possamos proceder à votação do item 5 ao item 9. Posteriormente, faremos a votação do item 4, que foi aprovado o destaque, no final.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Vou encaminhar com relação ao item 4, oportunamente, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado.

Vamos proceder à votação.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Infelizmente passei batido com relação a um dos itens - não é de minha autoria, é de autoria dos deputados Edson Praczyk e Serafina Carrilho. Quero fazer um apelo aos senhores deputados. Esse projeto propõe a instalação de desfibriladores nos shopping-centers, nos campos de futebol, nos lugares de grande concentração popular. Não traz um centavo de ônus para o Governo do Estado. Nenhum centavo! Absolutamente nenhum! Não vejo porque mais uma vez o governador veta. Dá impressão que o governador quer, realmente, castrar todas as iniciativas da Assembléia Legislativa.

O governador tem-se dito sempre um homem criativo, de repente começa a copiar projeto de deputado, vetando toda e qualquer iniciativa da Assembléia. Esse é o tipo de projeto que deveria ter aprovação - como teve aprovação desta Casa, por unanimidade, sim, por parte do governador. Não traz gasto nenhum - salvará diversas vidas.

Quem já passou por problema de saúde, teve problema na sua família, cardíaco, sabe da importância de um aparelho como esse.

Por isso, quero fazer um apelo aos senhores deputados: retirem-se do Plenário, para que não tenhamos quórum, para que possamos votar em separado esse projeto, em uma outra ocasião.

O SR. NELSON TURECK

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero com muita alegria registrar a presença, nas galerias, de três vereadores atuantes, do município de Engenheiro Beltrão: Raul Curi, do distrito de Sertãozinho; Fininho, do Conjunto Andorinhas; João Macedo, do distrito de Figueira do Oeste.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder a votação do item 05 ao item 09.

Solicito ao 1º secretário, deputado Cesar Seleme, que proceda à chamada para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

(Procede à chamada nominal, para a votação)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e quatro senhores deputados votaram. Não há quórum para deliberação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, indago à Mesa como V. Exa. vai considerar a presença do deputado José Maria e de mais alguns parlamentares que estão no Plenário, deputado Cezar Silvestri, até então estava aí na Mesa; Waldyr Pugliesi, Neivo Beraldin, se estão contabilizados nesta conta, o deputado Eli Ghellere, estão todos aqui em Plenário, inclusive gostaria de saber da Mesa se estão na lista de presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Respondendo a sua questão de ordem, é feita a chamada e a chamada corresponde ao voto.

Portanto, aqueles deputados que não votaram não estavam presentes no momento da chamada ou não votaram.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Mas os deputados estavam presentes no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto ao 1º secretário: quantos deputados votaram?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Vinte e cinco senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e cinco senhores deputados votaram.

Não há quórum para a deliberação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 26, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 017, 018, 021, 023 e 031/2002.

Levanta-se a Sessão.